

## **PROGRAMA DO CONCURSO**

---

**NPD 2323000200**

**TD-AP-C17-i03, “Transição Digital na Segurança Social” - Transformação do  
Posto de Trabalho Rumo ao Workplace do Futuro 2024-2025**

## **ARTIGO 1.º**

### **IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO**

1. O presente concurso público, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tem por objeto principal a aquisição de licenciamento dos postos de trabalho e infraestrutura de produtividade.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento tem a seguinte classificação: CPV n.º 48000000-8 Pacotes de software e sistemas de informação.
3. O procedimento abrange os seguintes lotes;

**Lote 1** – Subscrição de licenciamento incluindo a continuidade de produto (“updates” corretivos e dentro da mesma versão) e upgrades de versão entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025; e

**Lote 2** - Modernização do Licenciamento existente, nomeadamente para servidores, e outros produtos, adquiridos anteriormente, incluindo (“updates” corretivos e dentro da mesma versão e “upgrades de versão” comercializados entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 e serviços de upgrade de versão

## **ARTIGO 2.º**

### **ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. A Entidade Adjudicante é o Instituto de Informática, IP (doravante II, I. P.), com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, em Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, com o telefone 214230000 e com o endereço de correio eletrónico [ii-ao-contratacao@seg-social.pt](mailto:ii-ao-contratacao@seg-social.pt).
2. Endereço do sítio da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, disponibilizada pela ACINGOV: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

## **ARTIGO 3.º**

### **ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar, datada de 24/08/2023, foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo do II, I. P., ao abrigo do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

## **ARTIGO 4.º**

### **COMPETÊNCIAS DO JÚRI**

O Júri do procedimento é o órgão competente para a prestação de esclarecimentos, por delegação de competências do Conselho Diretivo concedida nos termos da deliberação deste Órgão, datada de 24/08/2023.

## **ARTIGO 5.º**

### **ATOS QUE CONDICIONAM A CONTRATAÇÃO**

1. O presente procedimento foi precedido do parecer favorável da AMA, I. P., de 14/07/2023, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio.
2. Por Portaria, assinada em 22/08/2023, pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, fica autorizado o Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de Transformação do Posto de Trabalho Rumo ao Workplace do Futuro 2024-2025.

## **ARTIGO 6.º**

### **AGRUPAMENTO DE CONCORRENTES**

1. No caso de apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, os membros do agrupamento devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. As entidades que compõem o agrupamento devem indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, por procuração anterior à celebração do contrato de aquisição de serviços, os poderes a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 1 artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, no âmbito do contrato objeto do presente procedimento.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário prevista no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo adjudicatário, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da minuta do contrato.
4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí previstos determina a caducidade da adjudicação, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime consagrado nos n.ºs 2 a 4 do artigo 86.º do CCP.

## **ARTIGO 7.º**

### **CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será feita em cada Lote segundo o critério do mais baixo preço.
2. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros e, se houver necessidade, serão arredondados ao cêntimo para efeitos de aplicação do critério de adjudicação previsto no n.º 1.
3. Em caso de empate na pontuação final, será aplicado como critério de desempate, sucessivamente, o preço unitário pela ordem definida dos produtos no Anexo II, consoante o lote, e, por fim, o sorteio realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

## **ARTIGO 8.º**

### **PEÇAS DO PROCEDIMENTO – CONSULTA E FORNECIMENTO**

1. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) a partir da data de envio para publicação no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento bem como apresentar proposta, bastando, para o efeito aceder à plataforma Acingov, efetuando o registo no sítio eletrónico acima indicado.

## **ARTIGO 9.º**

### **PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas devem ser apresentadas até às **23:59:59 horas, do 30.º dia** a contar da data de envio para publicação do anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia, mediante submissão na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no n.º 2 do artigo 2.º.

## **ARTIGO 10.º**

### **DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

1. A proposta, sob pena de exclusão, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento que contenha a demonstração mencionada no n.º 2 do artigo 55.º-A do CCP, caso pretenda a relevação de impedimentos;
  - b) Preço global, sem IVA, para cada Lote;
  - c) Preço unitário fixo de acordo com o modelo constante do Anexo II tendo em conta o período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025;
  - d) Documento que contenha as características técnicas e funcionais do software, e dos serviços “cloud” (Lote 1), caso seja equivalente.
2. A proposta deve, ainda, incluir o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online (por carregamento do ficheiro “espd-request.xml”, de acordo com as seguintes regras:
  - i. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - ii. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra;
  - iii. Deve ser enviado em ficheiro com a designação “AnexoDEUCP\_[designação\_concorrente].pdf”.
3. Nos casos em que os produtos identificados no artigo 16º do caderno de encargos, sejam compostos por vários subprodutos, na proposta podem ser identificados todos os subprodutos que compõem os produtos solicitados.
4. A proposta deve ser instruída com os documentos em que o concorrente descreve os atributos da mesma, relativos aos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência com os elementos referidos no número anterior.

5. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP não podem ser redigidos em língua estrangeira.
6. Os documentos emitidos pelos concorrentes deverão ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

## **ARTIGO 11.º**

### **MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. A proposta e todos os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acessível no sítio [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizado pela empresa ACINGOV;
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção;
3. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como, para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à INTERNET de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será aceite pelo júri do procedimento caso tenha sido realizado no portal disponibilizado para o efeito e até à data e hora definida para a respetiva apresentação;
4. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletronicamente deverão ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
5. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente tem que submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;
6. Os documentos emitidos pelos concorrentes deverão ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos emitidos devem ser assinados em cumprimento pelo disposto no n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

## **ARTIGO 12.º**

### **EXCLUSÃO DE PROPOSTAS**

São excluídas as propostas que adicionem, suprimam ou alterem estipulações sobre repartição do risco, transmissão da propriedade, cumprimento ou responsabilidade, bem como outras que sejam consideradas variantes ou condicionadas.

## **ARTIGO 13.º**

### **CAUÇÃO**

Nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP, se o preço contratual for igual ou superior a 200 000,00 EUROS (duzentos mil euros), o valor da caução a prestar corresponde a 5 % do preço contratual (ou 10% se for considerado anormalmente baixo), obedecendo aos modelos em **Anexo II**.

## **ARTIGO 14.º**

### **PRAZO DA ALINEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 132.º DO CCP**

O prazo de apresentação dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, bem como da certidão do registo comercial é de 10 dias e o de supressão de irregularidades é de 5 dias, a contar da data da notificação respetiva.

## **ARTIGO 15.º**

### **PLANO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS**

1. Caso o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve, no prazo de 10 dias a contar da notificação, apresentar um plano de prevenção da corrupção e de infrações conexas ou indicar a qualidade de micro, pequena ou média empresa, para efeitos do nº 2 do artigo 10º do decreto-lei nº 372/2007, de 6 de novembro.
2. O plano de prevenção da corrupção e de infrações conexas deve ter em conta, em especial, os riscos próprios do contrato a celebrar.

## **ARTIGO 16.º**

### **ENCARGOS**

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, correm por conta do adjudicatário.

## **ANEXO I**

### **Modelo de garantia bancária/seguro caução**

Em nome e a pedido de (identificação do adjudicatário), vem a (instituição garante), pelo presente documento, prestar a favor de (indicar a entidade adjudicante), uma garantia bancária/seguro caução, até ao montante de (por extenso), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente ao contrato de (indicar), nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 (ou 7 se for seguro caução) e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5 % do preço contratual e funciona com se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá ter em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa fazer valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data

Assinatura

### **Modelo de Guia de Depósito**

Vai (identificação do adjudicatário), com sede em (indicar) depositar na (indicar) da (instituição bancária), a quantia de (por extenso) em dinheiro/títulos, como caução exigida no âmbito do (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente ao contrato de (indicar), nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do (indicar a entidade adjudicante), com sede em (indicar), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura

## Anexo II

### Lista de preços unitários

Lote 1 – Subscrição de licenciamento incluindo a continuidade de produto (“updates” corretivos e dentro da mesma versão) e upgrades de versão entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025

Produto	Designação Produto	Qt 2024	Qt 2025	Preço unitário base (sem iva)
Produtos base - subscrição				
AAA-10766	WinE3FromSA ALNG SubsVL MVL PerUsr	9.500	9.500	
7R7-00002	O365E1FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	9.500	9.500	
AAA-10760	EntMobandSecE3FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	9.500	9.500	
G5F-00002	Defender Identity Sub Per User	9.500	9.500	
QLS-00003	Defender Endpoint P2 Sub Per User	11.500	11.500	
AAA-10726	M365 E3 FromSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	1.100	1.100	
AAA-10756	M365 E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	800	800	
PEJ-00002	M365 E5 Security Sub Per User	1.900	1.900	
AAA-28605	M365 E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	100	100	
JFX-00003	M365 F3 FUSL Sub Per User	100	100	
Produtos adicionais - subscrição				
GSL-00002	PwrBIPremP1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL	1	1	
NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	30	30	
7SY-00002	Project P5 Sub Per User	100	100	
WFI-00005	Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	3	3	
77D-00110	Visual Studio Pro MSDN ALng LSA	10	10	

**Lote 2** - Modernização do Licenciamento existente, nomeadamente para servidores, e outros produtos, adquiridos anteriormente, incluindo (“updates” corretivos e dentro da mesma versão e “upgrades de versão” comercializados entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 e serviços de upgrade de versão

Produto	Designação Produto	Qt 2024	Qt 2025	Preço unitário base (sem iva)
9GS-00135	CISSteDCCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic	560	560	
395-02504	ExchgSvrEnt ALNG SA MVL	12	12	
7JQ-00343	SQLSvrEntCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic	12	12	
H04-00268	SharePointSvr ALNG SA MVL	9	9	
MX3-00117	VSEntSubMSDN ALNG SA MVL	2	2	
D87-01159	VisioPro ALNG SA MVL	20	20	
076-01912	Prjct Std ALNG SA MVL	20	20	
	Serviços instalação, implementação e gestão da mudança (horas)	1.000	1.000	